CRISE NA PF

Andrei entrega dossiê sobre Master e STF

Relatórios citam mensagens entre Daniel Vorcaro e ministros da Suprema Corte

» RENATO SOUZA

Ton Molina/Agência Senado



Diretor-geral da corporação foi ouvido, ontem, durante uma audiência pública na CCJ do Senado Federal

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, entregou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na noite de ontem, relatórios produzidos pela corporação sobre a citação a ministros da Corte no caso do Banco Master. Ele atendeu uma determinação de Fachin, que pediu informações sobre todos os integrantes do plenário citados na investigação sobre Daniel Vorcaro. A entrega dos documentos representa mais um capítulo na crise que se instalou na Suprema Corte desde as revelações de trocas de mensagens de magistrados com o banqueiro, e que se espalhou para a cúpula da PF.

De acordo com Andrei, o relatório é um procedimento administrativo, não parte de uma investigação, neste momento. Fachin afirmou que o material não deve fazer juízo de valor sobre a conduta dos ministros. As informações vão subsidiar eventuais julgamentos sobre o envolvimento de magistrados com Vorcaro e o Master. Andrei chegou à sede do Supremo carregando uma pasta com diversos documentos. "Além da entrega dos relatórios, entreguei também um HD com a íntegra de todo o material para que isso esteja também sob a custódia aqui da presidência do Supremo", disse Andrei ao deixar o prédio.

Em nota após o encontro, o ministro Fachin afirmou que o material é sigiloso e será tratado como reservado, mas que será enviado à Procuradoria-geral da República (PGR). "A presidência do STF informa que remeterá os relatórios que foram encaminhados nos termos do artigo 33, parágrafo único, da Lei Orgânica da Magistratura (Loman) – Lei complementar 35, de 14/03/1979 - à Procuradoria-Geral da República, para exame e avaliação das providências que entender cabíveis, no exercício de suas atribuições constitucionais, com o prazo regimental de quinze dias", destacou.

Mais cedo, em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Andrei afirmou que a eventual investigação sobre os ministros depende de aval do Supremo. "O relatório foi determinado pelo presidente Fachin. Inclusive, tem uma nota conjunta do Supremo e da PF que fala o que deve ser feito. Não estamos falando de investigação. Neste caso, investigação de ministro do Supremo precisa de autorização do próprio Supremo. Se estivéssemos fazendo investigação, seria ilegal. Assim como vossas excelências, (os magistrados) têm prerrogativa de foro. A PF não pode investigar senador da República sem aval do Supremo", disse ele.

> **A presidência do STF informa que remeterá os relatórios à PGR, para exame e avaliação das providências que entender cabíveis, no exercício de suas atribuições constitucionais, com o prazo regimental de quinze dias"**
>
> ***Edson Fachin,*** *presidente do Supremo*

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, também abordou o assunto e disse que a pasta não interfere no teor dos relatórios nem nos cargos da polícia. "Não cabe ao ministério determinar abertura, o rumo ou encerramento de investigações, ter acesso a provas sob sigilo, definir ocupantes da PF", alegou.

Cargos de chefia

No Senado, Andrei Rodrigues rebateu críticas em relação à demissão de dois delegados da corporação dos cargos de chefia. Os profissionais foram responsáveis por elaborar uma primeira versão do relatório sobre a citação a ministros do Supremo no caso do Banco Master. De acordo com Andrei, o relatório é um procedimento administrativo, não parte de uma investigação e, por isso, deve ser gerido sob a coordenação dele.

De acordo com o diretor-geral, os delegados não foram reconduzidos aos cargos de chefia por quebra de confiança. "Eu recebi a determinação, deleguei para uma equipe fazer o relatório. A equipe ficou de fazer uma minuta e, em vez de fazer uma minuta, assinou um documento, colocou no sistema e vazou para a imprensa. Aí houve quebra de confiança. A equipe não confiou no diretor, e o diretor não confiou na equipe. Então, não foram reconduzidos. O relatório deve se limitar ao caráter totalmente restritivo. Então, eu mandei refazer, e mandarei refazer quantas vezes for necessário para atender à decisão do ministro Fachin. Ainda assim, a título de transparência, vou colocar à disposição do presidente Fachin também esses relatórios, que eu entendo serem incorretos", completou o diretor.

Andrei afirmou que ocupar cargos de chefia "não é um direito", e a decisão é do gestor sobre quem será mantido nestes postos. "Ninguém tem direito a ter um cargo de chefia. Nenhum de nós que ocupou um cargo de chefia, vai ficar a vida toda. Quando não há mais confiança ou outros motivos, mas a confiança é um deles, a pessoa será retirada do cargo de confiança. Tenho absoluta tranquilidade. Já esclareci isso ao ministro Wellington", disse o delegado.

O diretor-geral da corporação foi ouvido na condição de convidado. O foco da sessão foi a atuação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça no caso do Master.

Em contraponto a Andrei, a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal(ANDP) encamihou ofício ao Ministério da Justiça, ontem, pedindo que os dois delegados afastados sejam ouvidos, para apresentar sua versão dos fatos.

JUSTIÇA EM LUTO

Morre Paulo Gallotti, ex-ministro do STJ

» LETÍCIA PASSOS

Divulgação/Tribunal de Justiça de Santa Catarina



Gallotti acumulou mais de 72 mil processos julgados ao se aposentar

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Gallotti morreu, ontem, aos 81 anos, em Florianópolis, onde estava em tratamento contra um câncer neurológico. Com mais de quatro décadas de atuação no Judiciário brasileiro, o magistrado catarinense chegou à Corte superior em 1999, depois de construir sua carreira no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Ao se aposentar, em 2009, acumulava mais de 72 mil processos julgados.

Natural de Canoinhas, no norte de Santa Catarina, Gallotti também se dedicou à advocacia após deixar a magistratura. Nos últimos anos, ocupava o cargo de diretor jurídico e institucional da NSC, afiliada da Rede Globo no estado, e integrava o Comitê Editorial da empresa.

Ele foi velado na Sala de Sessões Ministro Teori Zavascki, na sede do TJSC. Em homenagem ao ministro, a Prefeitura de Florianópolis decretou luto oficial de três dias.

A morte do jurista motivou manifestações de pesar de instituições do Judiciário, do Ministério Público e de organizações com as quais manteve vínculos profissionais. Em nota, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, recordou a trajetória de Gallotti e prestou solidariedade à família.

"Neste momento de dor, manifestamos nossa solidariedade aos familiares, expressando nossas condolências e desejando conforto a todos que compartilham essa perda", escreveu.

Entre os processos de maior repercussão conduzidos por Gallotti está o conflito de competência relacionado ao acidente aéreo entre um Boeing da Gol e um jato executivo Embraer Legacy. Sua atuação também ficou marcada por um processo envolvendo uma jovem presa pelo furto de um pote de manteiga avaliado em R$ 3,10. Ao conceder habeas corpus à acusada, o magistrado considerou o baixo valor do produto e o fato de ela não possuir antecedentes criminais.

Homenagens

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde Gallotti iniciou sua trajetória na magistratura e permaneceu por quase três décadas, destacou sua contribuição ao Judiciário estadual e nacional.

"Sua trajetória exemplar, marcada pela ética, elegância e dedicação à magistratura, deixa um legado permanente para Santa Catarina e para o país", disse a corte.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) também prestou homenagem ao ministro. "Para além de sua expressiva trajetória profissional, o ministro Paulo Gallotti será lembrado também pela generosidade, atenção, carinho e lealdade com que cultivava suas relações", enfatizou.

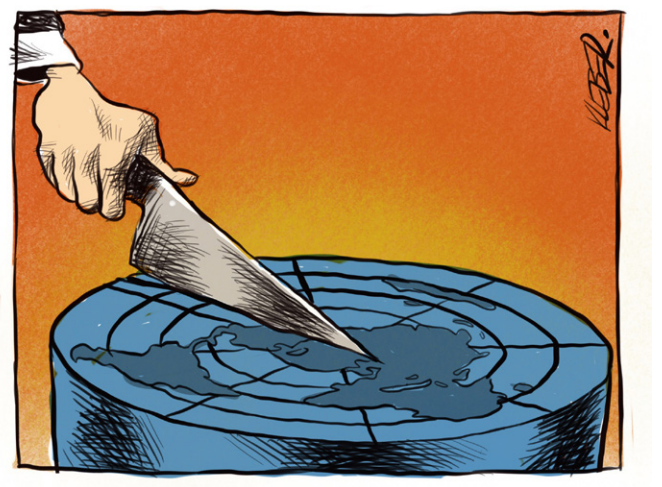
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

kleber sales



De Yalta a Shenzhen, o velho filme pode redistribuir áreas de influência

Na icônica fotografia de Yalta, Franklin D. Roosevelt (EUA), Winston Churchill (RU) e Josef Stalin (URSS) estão sentados lado a lado no pátio do Palácio de Livadia, na Crimeia. A Alemanha nazista ainda combatia, mas os três líderes aliados já negociavam o que fazer depois da vitória. É inevitável a analogia com o encontro entre Donald Trump, Vladimir Putin e Xi Jinping, marcado para hoje, à margem da cúpula da Apec, em Shenzhen, no sul da China. A paz na Ucrânia e no Oriente Médio pode ser decidida por esses três homens sentados à mesma mesa, sem que Europa, desta vez, seja ouvida.

A foto de 1945 pode ser vista como o fotograma de um filme que ficou décadas congelado. Essa imagem foi utilizada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas para explicar o ponto de partida do que chamou de "revolução recuperadora". A queda do Muro de Berlim, em 1989, abrira caminho para que as sociedades do Leste europeu reivindicassem liberdades civis e instituições democráticas. A reunificação alemã, em 1990, e a dissolução da União Soviética, em 1991, desfizeram a ordem que a fotografia simbolizava. Nas conversas com Michael Haller, reunidas em *Passado como Futuro* (Armazém do Livro), Habermas mostrou que o outro lado dessa abertura foi o ressurgimento do nacionalismo e da violência na Europa.

O filme voltou a rodar nos Bálcãs, o estopim da I Guerra Mundial, com a desintegração da Iugoslávia e as guerras na Croácia e na Bósnia. Décadas depois, a invasão russa da Ucrânia recolocou no centro da política europeia a disputa pelo direito de um país escolher suas alianças. Cada guerra teve suas causas. O que liga esses episódios à imagem de Yalta é a constatação de que uma ordem aparentemente sólida pode congelar conflitos durante décadas, mas eles permanecem existindo e deixam em aberto a questão de quem tem o direito de decidir o futuro dos povos.

De 4 a 11 de fevereiro de 1945, os Aliados acertaram em Yalta a participação francesa na ocupação da Alemanha, o compromisso soviético de entrar na guerra contra o Japão e as regras de votação do futuro Conselho de Segurança da ONU. A Polônia expôs a contradição do arranjo. Os três prometeram eleições livres, mas a presença do Exército Vermelho deu a Stalin os meios de impor a supremacia soviética. A mesma conferência que ajudou a construir uma instituição multilateral antecipou a divisão da Europa em esferas de influência.

Quase três séculos antes, a Paz de Vestfália encerrara a Guerra dos Trinta Anos. Negociados em Münster e Osnabrück e assinados em 1648, os tratados acomodaram divergências religiosas e redistribuíram poderes no Sacro Império. Henry Kissinger viu em Vestfália a origem de uma ordem em que Estados com regimes e crenças diferentes podiam coexistir sob regras de soberania e não intervenção, sustentadas pelo equilíbrio de poder. Foi a lógica que o levou à China em 1971, em missão secreta para negociar com Zhou Enlai. A visita de Richard Nixon no ano seguinte explorou a ruptura sino-soviética e alterou o equilíbrio da Guerra Fria. Hoje, Xi e Putin chegam à mesa como parceiros, enquanto Washington e Pequim disputam a primazia econômica e tecnológica. O Reino Unido ficou de fora.

A grande tentação

Em Shenzhen, a perspectiva mais concreta é reabrir o diálogo sobre armas nucleares. O New START, último tratado a limitar os arsenais estratégicos de Washington e Moscou, expirou em fevereiro. Trump quer incluir a China, cujo arsenal ainda é menor. Um canal permanente entre as três capitais, com medidas de transparência e comunicação em crises, já reduziria o risco de erros de cálculo. Fixar limites verificáveis para arsenais tão desiguais exigiria uma negociação mais longa.

Na Ucrânia, Trump também deve falar a sós com Putin. No mesmo dia, enviados americanos têm reunião prevista em Berlim com autoridades ucranianas e europeias sobre garantias de segurança. Uma trégua monitorada é concebível se Moscou e Kiev aceitarem os termos e a Europa participar das garantias. Congelar a linha de frente pode poupar vidas é insuficiente. Convertê-la em fronteira reconhecida premiaria a conquista territorial e deixaria a Ucrânia exposta à próxima ofensiva, o que União Europeia não aceita.

No Irã, o interesse chinês no fluxo de petróleo pelo estreito de Ormuz coincide com a necessidade americana de sair do impasse militar. Um entendimento para proteger a navegação e abrir uma negociação com Teerã é mais plausível que um acordo regional abrangente. Em Gaza, uma nova incursão israelense nesta quarta-feira expôs a fragilidade do cessar-fogo de 2025. As potências podem pressionar pelo cumprimento da trégua e pela entrada de ajuda. Uma paz duradoura exige mais do que isso: representação política palestina, garantias de segurança para israelenses e palestinos e uma perspectiva concreta de autodeterminação.

Entretanto, o pior dos mundos é grande tentação de uma nova Yalta. Ou seja, trocar a redução imediata da violência pelo reconhecimento tácito de que cada potência manda na sua vizinhança. Seria a tutela das três maiores potências sobre os demais países, em tensão com a própria ideia vestfaliana de soberania, que norteia o multilateralismo e a atuação da fragilizada Organização das Nações Unidas (ONU). A melhor chance de Shenzhen está em acordos limitados que abram espaço para negociações com quem terá de cumpri-los. Se a fotografia for a divisão do mundo decidida de cima, a lição de Habermas permanece atual: o filme pode ser congelado por algum tempo, porém, os conflitos continuarão ali.